

Processo 00937-2001-491-05-00-1 RO, ac. nº 003827/2004, Relator Desembargador ALCINO FELIZOLA, 3ª. TURMA, DJ 12/03/2004

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CABIMENTO. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS. CONTRATAÇÃO IRREGULAR. INOBSERVÂNCIA DOS DITAMES DA LEI 8.630/1993 (LEI DOS PORTOS). NECESSIDADE DE INTERMEDIÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA - OGMO. O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para ajuizar pedido vise coibir a contratação de portuários sem a intermediação do Órgão Gestor de Mão-de-obra. Ademais, a ação civil pública é o remédio jurídico apropriado para a defesa de direitos coletivos *stricto sensu*, de natureza indivisível, dos quais são titulares os trabalhadores avulsos.

TRT-PR 01873-2000-022-09-00-6 – 1ª TURMA

Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES

Publicado no DJPR em 09-03-2007

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OPERADOR PORTUÁRIO. REQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS CONSERTADORES. IMPOSIÇÃO LEGAL.

O art. 26 da Lei n.º 8.630/93, reguladora do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, dispõe que "A contratação de trabalhadores portuários de estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício a prazo indeterminado será feita, exclusivamente, dentre os trabalhadores portuários avulsos registrados." Neste contexto, a atividade de conserto de cargas, considerada como tal o reparo e restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carregamento e descarga de embarcações, reembalagem, marcação, remarcação, carimbagem, etiquetagem, abertura de volumes para vistoria e posterior recomposição, nos moldes do art. 57, § 3.º, da mesma lei, é exclusiva dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA's), vedando-se a realização por outros trabalhadores, como arrumadores e estivadores. Enquanto não implementada, por norma coletiva, a multifuncionalidade prevista no "caput" do art. 57 da Lei n.º 8.630/93, cada categoria de trabalhadores (estivadores, conferentes, consertadores, trabalhadores de bloco) detém a prerrogativa de exercer, com exclusividade, a atividade a ela inerente, dentro dos limites de sua atuação. Recurso ordinário das Reclamadas a que se nega provimento.